

DÖHLER S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016.

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Empresa DÖHLER S.A. é uma Companhia aberta e está registrada na Bovespa. Está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 84.683.408/0001-03, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 4230000515-1. Está sediada na cidade de Joinville (SC), Rua Arno Waldemar Döhler, nº 145, Zona Industrial Norte, CEP 89.219-902.

A DÖHLER S.A. tem como atividade preponderante a fabricação de tecidos de fibras de algodão, artificiais, sintéticas ou mistas para uso doméstico ou industrial, seus artefatos e respectiva comercialização.

A emissão destas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pela Administração em 17 de outubro de 2016.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Döhler S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		30/09/2016	31/12/2015
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	Brasil	99,63%	99,63%
Döhler USA Inc.	USA	100,00%	100,00%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;
- Eliminação das receitas e das despesas, do custo de estoques que corresponderem a resultados ainda não realizados, de negócios entre as sociedades; e,
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não-Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensação Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.4. Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não-monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata, registradas aos valores de custo acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do período, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.6. Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são, não-derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não-circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os juros calculados com base no método da taxa efetiva, os ganhos ou perdas com variação cambial, e as perdas por redução ao valor recuperável quando aplicável, são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos, e as variações decorrentes da diferença entre o valor do investimento atualizado pelas condições contratuais e a avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes, enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

3.7. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos, mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, ajustado pela provisão para perdas se necessária.

3.8. Estoques

Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total para os custos industriais, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. A análise para a constituição de provisão considera a aplicabilidade, a capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência.

3.9. Investimentos

Os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão avaliados pelo método do custo, reduzidos ao seu valor recuperável quando aplicável.

3.10. Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. Estão inclusos os custos incorridos dos empréstimos durante o período de construção, modernização e expansão de unidades industriais.

Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando ocorridos. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. A vida útil econômica dos bens é revisada periodicamente com objetivo de adequar as taxas de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

3.12. Avaliação a valor recuperável de ativos

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e as suas controladas têm a obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas periodicamente observadas as suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

3.16. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro real e lucro presumido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

3.17. Subvenções Governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito nas notas explicativas 20 e 30. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade no regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas, e os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

3.18. Benefícios a Empregados

A empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados de até 10% do lucro líquido consolidado após os impostos, com base em programa devidamente aprovado pelo sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de venda de produtos e serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que benefícios econômicos serão gerados a favor da Companhia.

3.21. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.22. Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo, quando relevante, foram ajustados a valor presente com base em taxas de desconto do mercado. A taxa de desconto utilizada é o CDI (Certificados de Depósitos Interbancários). A mensuração do ajuste a valor presente foi realizada em base exponencial pro rata die, a partir da origem de cada transação.

4. JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) créditos de liquidação duvidosa são provisionados e posteriormente lançados para perdas quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos estoques;
- c) revisão da vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis e de sua recuperação nas operações;
- d) mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa;
- f) as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas revisaram os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) **Aplicações Financeiras:** As aplicações são classificadas como mantidas para negociação ou como caixa e equivalentes de caixa, quando resgatáveis em curtíssimo prazo (inferior a 90 dias). Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado, com as variações nesses valores refletidas na demonstração do resultado.
- c) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- d) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- e) **Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, preço de commodities (algodão), câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

• Risco de crédito

A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

• Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

• Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

• Risco de Preço de Commodities (algodão)

A Companhia possui contratos de compra de algodão com entregas futuras programadas e preço determinado. Em 30 de setembro de 2016, o montante contratado é de R\$ 23.856

• Risco de Exposição Cambial

. Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possuía uma exposição cambial contábil de US\$ 3.717, cuja composição encontra-se detalhada no quadro de “Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial” desta Nota Explicativa.

• Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, apresentamos a seguir demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio. A Companhia adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente na elaboração destas demonstrações financeiras.

Descrição da Operação	30/09/2016	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Clientes no Mercado Externo	17.820	17.820	13.365	8.910
Cambial Disponível	3.074	3.074	2.306	1.537
Adiantamento Contrato de Câmbio	(7.165)	(7.165)	(5.374)	(3.583)
Fornecedores Exterior	(1.663)	(1.663)	(1.247)	(832)
Exposição Líquida - R\$	12.066	12.066	9.050	6.032
Ganho/Perda			(3.016)	(6.034)
Exposição Líquida - US\$	3.717	3.717	3.717	3.717
Taxa Dólar	3,2462	3,2462	2,4347	1,6231

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentaram riscos relevantes, e portanto, dispensam a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução CVM nº 475/08 e Deliberação CVM nº 550/08.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
ATIVOS FINANCEIROS				
Mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado				
Caixa e Equivalentes de Caixa	72.403	51.253	74.241	55.823
Recebíveis				
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.697	6.383	4.097	6.580
Contas a Receber de Clientes	117.110	119.659	113.861	115.295
Depósitos Judiciais	1.191	694	1.959	1.462
	121.998	126.736	119.917	123.337
Disponíveis para Venda				
Ações	-	931	-	1.502
TOTAL ATIVOS FINANCEIROS	194.401	178.920	194.158	180.662
PASSIVOS FINANCEIROS				
Outros Passivos Financeiros				
Fornecedores	29.438	18.975	18.704	10.617
Empréstimos e Financiamentos	20.917	29.965	20.917	29.965
TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	50.355	48.940	39.621	40.582

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos Conta Movimento	624	3.676	1.024	3.873
Aplicações Financeiras	72.403	51.253	74.241	55.823
Cambial Disponível	3.073	2.707	3.073	2.707
Total de Caixa e Equivalentes	76.100	57.636	78.338	62.403

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Contas a Receber de Clientes	121.652	122.236	122.765	123.513
Contas a Receber de Empresas Ligadas	4.362	5.641	-	-
Cambial Disponível	(3.073)	(2.707)	(3.073)	(2.707)
Impairment (Provisão para Perdas)	(5.831)	(5.511)	(5.831)	(5.511)
Contas a Receber de Clientes	117.110	119.659	113.861	115.295
Adiantamentos	2.851	4.275	3.092	4.759
Outros Créditos a Receber	6	4	41	34
Créditos a Receber	2.857	4.279	3.133	4.793
Parcela Circulante	119.967	123.938	116.994	120.088
Valores Mobiliários	-	931	-	1.502
Outros Créditos	-	931	-	1.502
Parcela Não-Circulante	-	931	-	1.502
Total a Receber de Clientes	117.110	119.659	113.861	115.295
Total das Demais Contas a Receber	2.857	5.210	3.133	6.295
Total Geral	119.967	124.869	116.994	121.590

Aging List Contas a Receber de Clientes	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Vencidos em até 180 dias	15.682	17.703	14.079	16.774
Vencidos acima de 180 dias	10.221	9.839	8.213	6.294
A vencer em até 60 dias	64.930	66.515	65.368	66.625
A vencer entre 60 e 120 dias	29.120	27.106	29.043	27.106
A vencer acima de 120 dias	2.988	4.007	2.989	4.007
Contas a Receber de Clientes	122.941	125.170	119.692	120.806

Contas a Receber por Tipo de Moeda	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Reais	105.119	100.963	105.123	100.977
US\$	17.821	24.207	14.569	19.829
Contas a Receber de Clientes	122.940	125.170	119.692	120.806

Movimentação da Provisão Impairment	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Saldo Anterior	5.511	3.956	5.511	3.956
Títulos Baixados Contra a Provisão	(1.816)	(4.532)	(1.816)	(4.532)
Provisão Constituída Durante o Exercício	2.136	6.087	2.136	6.087
Saldo Impairment (Provisão para Perdas)	5.831	5.511	5.831	5.511

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Produtos Acabados	36.716	32.409	40.120	37.505
Produtos em Elaboração	32.264	32.177	32.562	32.414
Matérias Primas	27.030	29.717	27.074	29.758
Materiais Diversos	10.581	10.957	12.732	13.109
Provisão p/Redução ao Valor Recuperável dos Estoques	(1.137)	(1.062)	(1.138)	(1.062)
Lucro não Realizado nos Estoques	-	-	(444)	(379)
Total dos Estoques	105.454	104.198	110.906	111.345

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
IRPJ e CSLL a Compensar	4.875	3.136	4.912	3.168
IPI	337	493	371	517
ICMS	458	466	1.119	498
Outros Tributos	2.995	1.052	3.024	1.891
Parcela Circulante	8.665	5.147	9.426	6.074
Créditos Refis - Cômite Gestor	3.857	5.713	3.857	5.713
ICMS	472	651	505	702
Parcela Não-Circulante	4.329	6.364	4.362	6.415
Total de Impostos a Recuperar	12.994	11.511	13.788	12.489

11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

Nas demonstrações financeiras da controladora estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

	Controladora	
	30/09/2016	31/12/2015
Saldo no início do período	48.086	47.807
Equivalência patrimonial:		
<i>Participação nos Resultados</i>	3.343	5.314
<i>Lucros não Realizados nos Estoques</i>	(65)	68
Aquisição Investimentos	-	7
Patrimônio Líquido Negativo	(314)	386
Ajuste Conversão de Moedas	100	(296)
Ajuste Instrumentos Financeiros	894	123
Dividendos	-	(5.323)
Saldo no final do período	52.044	48.086

Controladora

Nome	País	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado	Resultado não Realiz.	% de Participação	Patrimônio Equivalente
Em 31 de dezembro de 2015									
Comfio	Brasil	59.584	10.938	48.646	42.306	5.430	(379)	99,63%	48.086
Döhler U.S.A.	EUA	4.871	5.810	(939)	5.024	(90)		100%	(939)
		64.455	16.748	47.707	47.330	5.340	(379)		47.147
Em 30 de setembro de 2016									
Comfio	Brasil	59.795	7.111	52.684	36.595	3.141	(445)	99,63%	52.044
Döhler U.S.A.	EUA	3.901	4.526	(625)	4.752	214		100%	(625)
		63.696	11.637	52.059	41.347	3.355	(445)		51.419

12. IMOBILIZADO

a) Composição dos Saldos:

Imobilizado	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Terrenos	88.803	88.765	100.939	100.901
Edifícios e Benfeitorias	92.937	91.270	115.660	113.772
Máquinas e Equipamentos	331.305	326.038	379.913	374.395
Móveis e Utensílios	13.267	12.952	14.243	13.858
Veículos	1.920	1.920	2.008	1.994
Imobilizado em Andamento	10.694	11.061	13.074	11.604
Outros	44	44	44	44
Total do Imobilizado	538.970	532.050	625.881	616.568

Depreciações Acumuladas	Taxa de Depreciação	Controladora		Consolidado	
	anual	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Edifícios e Benfeitorias	2%	(33.078)	(31.372)	(42.320)	(40.165)
Máquinas e Equipamentos	3 a 5%	(204.174)	(201.443)	(242.237)	(239.125)
Móveis e Utensílios	7 a 10%	(9.033)	(8.543)	(9.761)	(9.248)
Veículos	20%	(1.482)	(1.413)	(1.533)	(1.460)
Total Depreciação Acumulada		(247.767)	(242.771)	(295.851)	(289.998)
TOTAL DO IMOBILIZADO LÍQUIDO		291.203	289.279	330.030	326.570

c) Movimentação do Ativo Imobilizado:

Classe do Imobilizado	Controladora					Saldo Líquido em 31/12/2015
	Saldo Líquido em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Terrenos	88.175	-	-	-	590	88.765
Edifícios e Benfeitorias	50.530	11	-	(2.217)	11.574	59.898
Máquinas e Equipamentos	99.781	1.405	(47)	(5.788)	29.244	124.595
Móveis e Utensílios	4.219	780	(2)	(656)	68	4.409
Veículos	599	-	-	(92)	-	507
Imobilizado em Andamento	33.569	18.968	-	-	(41.476)	11.061
Outros	44	-	-	-	-	44
TOTAL	276.917	21.164	(49)	(8.753)	-	289.279

Classe do Imobilizado	Controladora					Saldo Líquido em 30/09/2016
	Saldo Líquido em 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Terrenos	88.765	-	-	-	38	88.803
Edifícios e Benfeitorias	59.898	-	-	(1.706)	1.667	59.859
Máquinas e Equipamentos	124.595	179	(96)	(4.875)	7.328	127.131
Móveis e Utensílios	4.409	128	(7)	(526)	230	4.234
Veículos	507	-	-	(69)	-	438
Imobilizado em Andamento	11.061	8.896	-	-	(9.263)	10.694
Outros	44	-	-	-	-	44
TOTAL	289.279	9.203	(103)	(7.176)	-	291.203

Consolidado						
Classe do Imobilizado	Saldo Líquido em 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Depreciações	Transferências	Saldo Líquido em 31/12/2015
Terrenos	100.312	-	-	-	589	100.901
Edifícios e Benfeitorias	63.124	11	-	(2.805)	13.277	73.607
Máquinas e Equipamentos	109.988	1.790	(48)	(6.273)	29.813	135.270
Móveis e Utensílios	4.372	851	(2)	(678)	67	4.610
Veículos	630	-	-	(96)	-	534
Imobilizado em Andamento	35.613	19.737	-	-	(43.746)	11.604
Outros	44	-	-	-	-	44
TOTAL	314.083	22.389	(50)	(9.852)	-	326.570

Consolidado						
Classe do Imobilizado	Saldo Líquido em 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo Líquido em 30/09/2016
Terrenos	100.901	-	-	-	38	100.939
Edifícios e Benfeitorias	73.607	-	-	(2.155)	1.888	73.340
Máquinas e Equipamentos	135.270	171	(96)	(5.256)	7.587	137.676
Móveis e Utensílios	4.610	139	(7)	(549)	289	4.482
Veículos	534	-	-	(73)	14	475
Imobilizado em Andamento	11.604	11.286	-	-	(9.816)	13.074
Outros	44	-	-	-	-	44
TOTAL	326.570	11.596	(103)	(8.033)	-	330.030

A Companhia procedeu a Revisão Anual da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na determinação da revisão da política de estimativa de vida útil, os principais critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, política de manutenção, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

13. INTANGÍVEL

a) Composição dos saldos:

Intangível	Taxa de Amortização anual	Controladora		Consolidado	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Sistemas Aplicativos - Software		4.942	4.837	5.481	5.375
Amortização Acumulada	10%	(3.174)	(2.707)	(3.664)	(3.149)
Total do Intangível Líquido		1.768	2.130	1.817	2.226

b) Movimentação do intangível:

Sistemas Aplicativos - Software	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Saldo Líquido Inicial	2.130	2.000	2.226	2.138
Aquisições	106	602	106	646
Amortizações	(468)	(472)	(515)	(558)
Saldo Líquido Final	1.768	2.130	1.817	2.226

14. RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a empresa realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”. Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2015 a empresa realizou o teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, não sendo identificadas perdas por “*impairment*”.

15. FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Contas a Pagar a Fornecedores	15.949	8.407	18.704	10.617
Contas a Pagar a Empresas Ligadas	13.489	10.568	-	-
Contas a Pagar a Fornecedores	29.438	18.975	18.704	10.617
Comissões a Pagar	5.139	4.921	5.139	4.921
Passivos com Partes Relacionadas	2.267	1.854	1.642	915
Outras Contas a Pagar	1.188	960	1.237	1.013
Outras Obrigações a Pagar	8.594	7.735	8.018	6.849
Parcela Circulante	38.032	26.710	26.722	17.466
Contingências Passivas	449	449	542	542
Parcela Não-Circulante	449	449	542	542
Total a Pagar a Fornecedores	29.438	18.975	18.704	10.617
Total de Outras Contas a Pagar	9.043	8.184	8.560	7.391
Total Geral	38.481	27.159	27.264	18.008

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Aging List Contas a Pagar				
A vencer em até 3 meses	29.438	18.975	18.704	10.617
Contas a Pagar a Fornecedores	29.438	18.975	18.704	10.617

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Contas a Pagar por Tipo de Moeda				
Reais	27.775	18.749	17.041	10.391
US\$	1.663	226	1.663	226
Contas a Pagar a Fornecedores	29.438	18.975	18.704	10.617

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Circulante				
Provisão para Férias	10.583	4.471	12.824	5.494
Salários e Ordenados a Pagar	93	2.782	105	3.261
Contribuições Sociais Trabalhistas a Pagar	4.717	3.466	5.530	4.095
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.393	10.719	18.459	12.850
IRPJ e CSLL a Pagar	-	-	428	335
Pis e Cofins a Pagar	1.477	553	1.641	661
Parcelamento REFIS	572	534	770	721
IRF a Pagar	690	1.556	752	1.622
ICMS a Pagar	1.109	193	1.109	193
Outros Tributos	79	44	81	45
Total Obrigações Tributárias	3.927	2.880	4.781	3.577
Total Circulante	19.320	13.599	23.240	16.427
Não Circulante				
Parcelamento REFIS	2.113	2.428	2.381	2.821
CSLL a Pagar Dedução Lei 11.051/04	1.370	1.411	1.370	1.411
Total Não-Circulante	3.483	3.839	3.751	4.232
Total Geral	22.803	17.438	26.991	20.659

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos Anuais	Moeda	Controladora		Consolidado	
			30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
NO BRASIL						
Circulante						
Capital de Giro	Juros de 10,5% a 11,46% a.a.	Reais	-	14.112	-	14.112
Adiantamentos de Câmbio	Juros 3,25% a 3,38% a.a. (+) V.C.	Dolares	7.165	1.187	7.165	1.187
Finep	Juros de 4% a.a.	Reais	2.907	2.138	2.907	2.138
Prodec	Ufir	Reais	1.386	2.225	1.386	2.225
BNDES/Finame c/ Banco do Brasil	Juros de 3,5% a.a.	Reais	366	13	366	13
Total Circulante			11.824	19.675	11.824	19.675
Não-Circulante						
Prodec	Ufir	Reais	-	322	-	322
Finep	Juros de 4% a.a.	Reais	8.175	8.612	8.175	8.612
BNDES/Finame c/ Banco do Brasil	Juros de 3,5% a.a.	Reais	918	1.356	918	1.356
Total Não-Circulante			9.093	10.290	9.093	10.290
Total de Empréstimos e Financiamentos			20.917	29.965	20.917	29.965

Empréstimos e Financiamentos por Ano de Vencimento	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
2016	9.076	19.921	9.076	19.921
2017	3.509	3.145	3.509	3.145
2018	2.885	2.540	2.885	2.540
2019	2.364	2.039	2.364	2.039
2020 em diante	3.083	2.320	3.083	2.320
	20.917	29.965	20.917	29.965

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se de seu valor justo, pois os encargos estão reconhecidos pró-rata.

Os financiamentos são garantidos por avais, penhor ceder e garantia real.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Composição dos Saldos:				
IRPJ E SCLL a Compensar				
Imposto de Renda a Compensar	4.604	2.977	4.642	3.009
Contribuição Social a Compensar	271	159	271	159
Total Ativo Circulante	4.875	3.136	4.913	3.168
Tributos Diferidos				
IRPJ e CSLL Diferidos sobre Diferenças Temporárias	4.194	4.933	4.194	4.933
Total Ativo Não-Circulante	4.194	4.933	4.194	4.933
Tributos a Pagar				
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	428	335
Total Passivo Circulante				335
IRPJ e CSLL Diferidos sobre Custo Atribuído	48.803	49.829	48.803	49.829
IRPJ e CSLL Diferidos sobre Depreciação Vida Útil	21.736	18.889	21.736	18.889
IRPJ e CSLL Diferidos sobre Diferenças Temporárias	756	790	756	790
Total Passivo Não-Circulante	71.295	69.508	71.295	69.508

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Conciliação do IRPJ e CSLL no Resultado				
Lucro antes dos Tributos sobre o Lucro	12.556	34.154	13.817	35.935
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL Calculados a Alíquota Nominal	(4.269)	(11.612)	(4.698)	(12.218)
Ajustes para Apuração do IRPJ e CSLL Efetivos:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.042	1.830	-	-
Incentivos Fiscais	4.259	5.474	4.259	5.474
Juros sobre Capital Próprio	-	1.904	-	1.904
Prejuízo Fiscal do período	(2.614)	(3.545)	(2.614)	(2.870)
Outros Ajustes	(298)	(3.545)	(76)	(2.870)
IRPJ e CSLL no Resultado	(1.880)	(9.494)	(3.129)	(10.580)
Tributos Correntes	-	(297)	(1.249)	(2.058)
Tributos Diferidos	(1.880)	(5.652)	(1.880)	(5.652)
Alíquota Efetiva	14,97%	27,80%	22,64%	29,44%

18.1 Tributos Diferidos

Os créditos e débitos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados de acordo com a norma vigente, e são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pela Administração.

19. CONTINGÊNCIAS

19.1 Contingências Ativas

A Companhia e sua controlada COMFIO Cia. Catarinense de Fiação mantêm ação judicial sob nº 98.0101083-5, impetrada em 10/03/1998, em fase de Execução de Sentença, objetivando ver reconhecido o direito ao recebimento dos valores exigidos a título de Empréstimo Compulsório da Eletrobrás, desde a data do efetivo pagamento, de acordo com os índices de inflação sem qualquer expurgo até a sua efetiva restituição, acrescidos de seus consectários legais, dos respectivos valores pagos nos períodos de 1977 a 1994, que permanecem em discussão no valor de R\$ 20.000.

19.2 Contingências Passivas

A Companhia e suas controladas mantêm provisões para contingências de natureza trabalhista. A administração prevê que a provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

Contingências Trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Saldo Inicial da Provisão	449	158	542	188
Constituídas Durante o Exercício	-	300	-	363
Reversão de Provisões	-	(9)	-	(9)
Saldo Final da Provisão	449	449	542	542
Depósitos Judiciais Relacionados	(331)	-	(410)	-
Efeito Líquido	118	449	132	542

Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes (Tributária, Trabalhista e Civil), cuja possibilidade de perda, avaliada pelos nossos assessores jurídicos, não exige constituição de provisão.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Tributárias	7.098	7.402	10.267	10.571
Trabalhistas	1.935	2.462	2.346	2.983
Civil	6.213	6.200	6.221	6.207
Total	15.246	16.064	18.834	19.761

20. RECEITAS A APROPRIAR

	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Prodec	14	107	14	107
Finep	5.155	5.886	5.155	5.886
EGF/NPR	-	211	-	211
BNDES / FINAME	364	454	364	454
Total receitas a apropriar	5.533	6.658	5.533	6.658

Os valores lançados como receitas diferidas referem-se à subvenção de empréstimo subsidiado da empresa Döhler S.A., gerado pela diferença entre os encargos decorrentes do uso da taxa cobrada e a taxa de juros de mercado, que será reconhecida no resultado quando da realização das despesas destes encargos.

21. PARTES RELACIONADAS

21.1 Transações com Partes Relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	Ctas. a Receber		Contas a Pagar	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Comfio	19	5	13.489	10.568
Döhler U.S.A.	4.343	5.636	625	939
Controladas	4.362	5.641	14.114	11.507
Pessoas Ligadas	-	-	1.643	915
	4.362	5.641	15.757	12.422

	Vendas		Compras	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Comfio	442	540	36.285	41.944
Döhler U.S.A.	2.902	3.872	-	-
	3.344	4.412	36.285	41.944

Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os parâmetros de mercado.

21.2 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e suas controladas foi atribuída à remuneração dos administradores, sendo esta remuneração caracterizada como benefício de curto prazo. Os demais tipos de remuneração listados no CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas, não são aplicados.

Benefícios de Curto Prazo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Remuneração de Conselheiros Fiscais	152	139	152	139
Remuneração de Diretores	3.077	2.804	3.130	2.853
Encargos Sociais dos Conselheiros Fiscais e Diretores	246	224	246	224
Saldo	3.475	3.167	3.528	3.216

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital Social

O Capital Social é de R\$ 180.000 representado por 60.516.228 ações, sendo 43.574.256 ordinárias e 16.941.972 preferenciais.

Às ações preferenciais são assegurados os direitos que a Lei confere às ações ordinárias, exceto o direito a voto e direito de serem incluídos em eventual oferta pública de alienação de controle. As preferências consistem em: a) Prioridade no reembolso do capital sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade; b) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

22.2 Proposta de Distribuição do Resultado

A política de distribuição de dividendos e/ou juros sobre o Capital Próprio, na forma da Lei nº 9.249/95, imputados aos dividendos, está estabelecida na letra “c” do artigo 22 do Estatuto Social, de 25% no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 17/12/2015 o Conselho da Administração deliberou sobre o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio a serem imputados como dividendos pela aprovação da Assembleia Geral Ordinária

23. RECEITAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Mercado Interno	351.790	317.659	352.099	317.940
Mercado Externo	37.596	30.902	39.447	31.416
Receita Operacional Bruta	389.386	348.561	391.546	349.356
(-) Impostos s/ Vendas e Devoluções	(72.383)	(58.920)	(73.309)	(59.248)
Receita de Vendas	317.003	289.641	318.237	290.108

24. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
NATUREZA DA DESPESA				
Depreciação e Amortização	7.536	6.399	8.462	7.234
Despesas com Pessoal	91.810	82.113	109.158	96.237
Matérias Primas e Materiais de Uso e Consumo	172.281	146.282	148.015	124.435
Serviços de Terceiros	32.461	33.014	34.429	34.770
Outras Despesas Operacionais	14.907	11.436	17.818	12.298
	318.995	279.244	317.882	274.974
FUNÇÃO DA DESPESA				
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	249.132	213.810	243.548	132.803
Despesas com Vendas	47.031	44.921	48.404	29.669
Despesas Gerais e Administrativas	18.414	17.775	19.515	12.298
Outras Despesas Operacionais	4.418	2.738	6.415	877
	318.995	279.244	317.882	175.647

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Remuneração Direta	68.189	61.262	81.018	72.113
FGTS	6.901	5.806	8.180	6.911
Plano de Saúde	6.370	5.770	7.657	6.592
Vale Transporte	1.323	1.233	1.565	1.428
Outros Benefícios	2.229	2.232	2.587	2.566
	85.012	76.303	101.007	89.610

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação

de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia em seu conjunto forma uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos e confeccionados. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receitas Financeiras				
Receitas de Aplicações Financeiras	6.520	5.854	6.826	6.442
Descontos Auferidos	151	114	155	118
Juros Recebidos	951	887	957	891
Variações Cambiais	3.382	9.687	3.384	9.726
Total das Receitas Financeiras	11.004	16.542	11.322	17.177
Despesas Financeiras				
Despesas Bancárias	782	851	801	868
Juros de Empréstimos e Financiamentos	1.512	1.014	1.512	1.014
Variações Cambiais Passivas	6.931	4.029	6.931	4.030
Descontos Concedidos	462	900	471	906
Outras Despesas Financeiras	1.896	1.991	1.927	2.041
Total das Despesas Financeiras	11.583	8.785	11.642	8.859
Resultado Financeiro Líquido	(579)	7.757	(320)	8.318

28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Outras Receitas Operacionais				
Receita Venda Ativos Imobilizados / Investimentos	3.882	1.185	5.194	1.185
Receitas c/ Créditos Tributários	4.926	1.381	4.931	1.462
Receitas de Subvenções	1.625	1.689	1.625	1.689
Reversão de Provisões	872	1.945	1.403	2.528
Recuperação Energia Elétrica - CCEE	442	2.613	446	2.677
Outras Receitas	101	66	183	67
	11.848	8.879	13.782	9.608
Outras Despesas Operacionais				
Custo Baixa Ativo Imobilizado / Investimentos	(2.956)	(1.486)	(4.954)	(2.073)
Constituição de Provisões	(546)	(902)	(546)	(967)
Outras Despesas	(915)	(349)	(915)	(349)
	(4.417)	(2.737)	(6.415)	(3.389)
Outras Receitas / Despesas Operacionais Líquidas	7.431	6.142	7.367	6.219

29. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações emitidas.

	30/09/2016	30/09/2015
Numerador		
Lucro Líquido do Exercício Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Lucro Disponível aos Acionistas Preferenciais	3.198	7.932
Lucro Disponível aos Acionistas Ordinários	7.478	18.546
	10.676	26.478
Denominador (em milhares de ações)		
Quantidade de Ações Preferenciais Emitidas	16.942	16.942
Quantidade de Ações Ordinárias Emitidas	43.574	43.574
Total	60.516	60.516
Resultado Básico e Diluído por Ação (em Reais)		
Ação Preferencial	0,189	0,468
Ação Ordinária	0,172	0,426

30. INCENTIVOS FISCAIS – SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A Companhia utiliza como incentivo fiscal o crédito de ICMS presumido nas saídas de artigos têxteis, benefício que está previsto no art. 21 do Anexo 2 do RICMS/SC-01, e seu valor correspondente está sendo investido na modernização e ampliação do parque fabril. O valor de R\$ 12.491 apurado no período está reconhecido na Demonstração de Resultado do Exercício, no grupo de Deduções da Receita Bruta. Na destinação dos Lucros Acumulados, compõe as Reservas de Lucros em conta específica de Reserva de Subvenção para Investimentos, no qual não fará parte da base de cálculo para distribuição de dividendos.

31. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR – EBITDA (LAJIDA)

Apresentamos abaixo a medição econômica LAJIDA (lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização), conforme Instrução CVM nº 257/2012.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2016	30/09/2015
Receita Operacional Líquida	317.003	289.641	318.237	290.108
Custo dos Produtos Vendidos	(249.132)	(213.810)	(243.548)	(207.030)
Lucro Operacional Bruto	67.871	75.831	74.689	83.078
(-) Despesas com Vendas	(47.031)	(44.921)	(48.404)	(46.040)
(-) Despesas Gerais, Administrativas e Operacionais	(18.414)	(17.775)	(19.515)	(18.516)
(+) Outras Receitas Operacionais	11.848	8.879	13.782	9.608
(-) Outras Despesas Operacionais	(4.417)	(2.737)	(6.415)	(3.389)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	3.278	4.722	-	-
(+) Depreciação/ Amortização	7.536	6.399	8.462	7.234
EBITDA	20.671	30.398	22.599	31.975
% s/ Receita Operacional Líquida	6,52%	10,50%	7,10%	11,02%

32. COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Companhia e suas controladas estão segurados pelo valor de R\$ 486.550 para o conjunto de bens do Ativo Imobilizado e Estoques. A administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais e administrativas.